



# Jornal FNE

## Edição 37 – Jun/05

---

### Tropeços e dificuldades

Nesta edição, Engenheiro relata a anunciada morte da reforma sindical, parada no Congresso desde março. Retirado da agenda prioritária do Governo e alvo de inúmeras críticas pelos seus muitos problemas, o projeto de reformulação da legislação sindical tende a ser esquecido. Anunciada como consenso, a proposta ignora importantes questões como a situação dos profissionais liberais e ameaça direitos, interessando apenas a pequena parcela do sindicalismo.

Se pode recuar nessa frente, o Governo não dá sinais de buscar uma alternativa à política econômica vigente, que ameaça qualquer possibilidade de desenvolvimento com inclusão social. Atento crítico dessa ortodoxia, o professor Fernando C1ardim, em entrevista, adverte: uma mudança de rota passa necessariamente pela redução da taxa de juros, que deve ser acompanhada de controle de capitais financeiros, evitando-se uma fuga de dinheiro do País.

Ainda nos polêmicos temas da política nacional, a PEC Paralela da Previdência que aguarda aprovação no Senado e pode restituir alguns direitos aos servidores públicos, retirados quando da aprovação da reforma previdenciária.

Na seção Engenharia, uma iniciativa que pode proteger vidas e o ambiente ao mesmo tempo. O uso de borracha de pneus usados nas muretas de proteção das rodovias, visando reduzir o impacto em caso de acidentes. Em C&T, o papel das novas tecnologias na busca do conhecimento.

Bom proveito!

# CAPA

---

Publicada no início de maio, pesquisa pioneira do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) jogou luz sobre a enorme concentração de riqueza no País. Intitulada “Produto Interno Bruto dos Municípios 1999-2002”, demonstra que, de um total de 5.560 cidades, em 2002, nove eram responsáveis por um quarto do PIB brasileiro de R\$ 1,3 trilhão – seis delas na Região Sudeste. Segundo ressalta Alessandra Poça, técnica do IBGE, esses 0,2% do total de municípios reúnem 15,2% da população nacional. São eles: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Manaus, Belo Horizonte, Duque de Caxias, Curitiba, Guarulhos e São José dos Campos. Os dois primeiros se destacaram no acúmulo de riqueza, contribuindo para o PIB nacional com 10,4% e 4,7%, respectivamente. O estudo, reitera ela, confirma a produção de renda concentrada. Conforme Poça, o resultado era esperado, mas não que demonstrasse tamanha disparidade.

A técnica do Instituto apresenta outros dados revelados pela pesquisa: “Metade do PIB está concentrada em 61 municípios, que representam 1,1% do total, enquanto 1.272 cidades somam apenas 1% do Produto Interno.” Os municípios com pior desempenho estão situados no Norte e Nordeste do País, ocupando o último lugar na lista São Félix do Tocantins, nesse Estado. Os números evidenciam, atesta Poça, que a desigualdade regional é reflexo da distribuição do processo produtivo da economia.

## Riqueza para quem?

A análise aponta também, continua ela, que as capitais acumulam 39,8% do valor adicionado de serviços e que se acentuou um pouco a concentração de riqueza pela agropecuária. Além da “grande importância do petróleo” na composição do PIB per capita – resultante da divisão do Produto Interno Bruto municipal pelo número de habitantes da localidade. No geral, ocupam os primeiros lugares nessa lista cidades que abrigam refinarias.

O estudo, que agrega dados dos organismos estaduais, exceto no caso de Tocantins – cuja pesquisa foi feita pelo próprio IBGE –, demonstra, contudo, que um PIB per capita elevado não significa que a população local tenha padrão de vida alto – ou seja, aproprie-se dessa riqueza. São Francisco do Conde, na Bahia, com apenas 28 mil habitantes, por exemplo, ocupa a primeira colocação nesse grupo. Todavia, segundo publicado pela Agência Estado em 4 de maio último, apenas 48,9% dos domicílios com água eram atendidos por coleta de esgoto em 2001 e o rendimento mensal nominal médio era de R\$ 370,47 – R\$ 324,71 no caso das mulheres.

A pesquisa agora deve passar a ser feita anualmente, embora ainda com resultados sendo publicados com defasagem de dois anos – os de 2003 sairão, conforme Poça, em novembro próximo. É importante para se planejar melhor as ações nas cidades, estados e País. E visa subsidiar políticas públicas que impliquem melhor qualidade de vida para todos, confirma a técnica do IBGE.

# OPINIÃO

---

Tramita no Congresso Nacional a proposta de mais uma divisão do território do Estado do Mato Grosso. A proposta é do deputado federal José Roberto Arruda (PFL-DF), que fundamentalmente aponta como justificativa a distância existente entre a sede do Governo e os municípios mais longínquos do Interior.

Na redivisão, surgiriam os estados de Aripuanã e Araguaia. Assim sendo, o Mato Grosso ficaria com 285.876,36km e uma população de 1.675.589; o eventual Estado de Aripuanã teria 329.403,96km e 413.598 habitantes; e o do Araguaia ficaria com 283.139,75km e 408.963 habitantes. A capital do Estado de Aripuanã seria a cidade de Juara, pois os municípios chamados periféricos estariam distantes da capital cerca de 500km, enquanto a do Araguaia seria Gaúcha do Norte.

O tamanho territorial do Estado do Mato Grosso e o bom crescimento da sua economia preocupam muita gente. Alguns por questões políticas, outros por motivos econômicos e outros tantos por interesses particulares e até mesmo especulativos. As entidades organizadas representativas da sociedade devem ficar atentas a todos esses interesses e exigir que seja feito o debate e que a população seja ouvida, inclusive em plebiscito sobre a questão. .

O que importa que é que nosso Estado continue caminhando rumo ao desenvolvimento a passos largos. Até porque tudo indica que em breve estaremos pisando nos calcanhares de várias unidades da Federação consideradas grandes. Eta Mato Grosso bom!

*Luiz Benedito de Lima Neto é presidente do Senge-MT*

Uma grande coalizão em defesa da água

Luis Fernando Novoa Garzon

Defender a água pública, sob gestão cidadã, não é tarefa isolada de nenhum movimento ou organização. É questão de autodefesa social e de afirmação nacional. Por seu caráter estruturante da economia e da sociabilidade, esse bem essencial espelha o que uma coletividade é e o que pode ser. Nela nos miramos e nos projetamos: ou como nação justa e soberana ou como território de livre exploração. A regulação do setor hídrico, portanto, é um vetor crucial na definição de que país, e de que mundo, queremos.

Privatizar ou desregular a água significa amortecer as nervuras sociais de uma coletividade, minar a capacidade de planejar as políticas públicas com foco na universalidade dos direitos e no controle social. A privatização da água, para o Banco Mundial, FMI e grandes investidores, tem o efeito de sinalização de maleabilidade institucional do País como um todo. Portas escancaradas para o ingresso de investimentos privados, com suas dinâmicas verticais e incondicionais. A inversão das prioridades do desenvolvimento do País, voltado à distribuição de renda, para a sustentabilidade ambiental e para a integração regional, deve ter como marco a definição da água como bem público, direito fundamental e objeto de gestão participativa.

O Brasil, ao longo dos últimos anos, entrou em um ciclo de recriação intensificada de vetores de dependência, com base em políticas de liberalização financeira e comercial. A crise fiscal do Estado foi enfrentada com privatizações e fatiamentos patrimonialistas. É nesse quadro de sabotagem contínua que as PPPs (Parcerias Público-Privadas) surgiram como “solução” para reorganizar os serviços públicos e nossa infra-estrutura. Essa é a carta na manga das instituições multilaterais para favorecer a privatização e monopolização dos nossos setores estratégicos e essenciais. Hora de colher, em forma de regulação privada e cartelizada, a desregulação semeada na era FHC.

O lançamento, no dia 18 de maio em São Paulo, de uma ampla coalizão de movimentos sociais, sindicatos e ongs contra a privatização da água em suas várias modalidades evidencia que existe uma nova e verdadeira parceria em gestação. A parceria público-social, cujo conteúdo é definido pela atuação dos segmentos sociais organizados no sentido de reconstruir o setor público e sua institucionalidade, em moldes participativos. Os vários focos de atuação confluem e se alimentam: educação ambiental vivenciada, monitoramento de contaminação e de áreas de mananciais, participação efetiva na gestão através do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, denúncia das instituições financeiras multilaterais e empréstimos/financiamentos que envolvem a questão da água, medidas de precaução frente à construção e implementação de barragens e obras de transposição, deslegitimação da tentativa de enquadramento privado do Aquífero Guarani sob auspícios do Banco Mundial, luta contra a privatização de empresas estaduais e municipais de saneamento ambiental.

A coalizão em defesa da água é um espaço de totalização de experiências e projetos publicizantes, socializantes e preservacionistas. Para determos a mercantilização da água, insistiremos na forja de mecanismos de gestão integrada, de requisitos e responsabilidades públicas e de espaços de cidadania deliberativa.

*Luis Fernando Novoa Garzon é sociólogo, membro da Attac e da Rebrip*

## ENGENHARIA

---

Uma idéia inusitada pode reduzir o número de vítimas em acidentes de trânsito e ainda solucionar grave problema ambiental. Trata-se de sistema de barreiras rodoviárias em concreto deformável e isolante, desenvolvido a partir dos agregados de borracha triturada. A iniciativa é do Instituto Via Viva e está em fase de estudos para se avaliar os resultados da mudança de materiais. Pela proposta, metade do volume da brita usualmente aplicada na construção da barreira é substituída por pneus picados. “A nossa busca foi fazer um concreto não muito duro, de modo a propiciar a absorção da energia do impacto e menos danos às pessoas que estão dentro do veículo”, explica o engenheiro Paulo Bina, vice-presidente do Instituto. Na sua análise, afora o benefício ambiental com o reaproveitamento de pneus

velhos, que demoram em média 400 anos para se degradar, o uso do novo material permite, ao se diminuir a quantidade de brita na composição da barreira, a redução da exploração de rocha, “um bem não-renovável”.

O projeto foi desenvolvido no final de 2003, sendo implantado trecho experimental na altura do km 27,5 da Rodovia Raposo Tavares, que liga a Capital ao Interior do Estado de São Paulo, com o apoio do DER (Departamento de Estradas e Rodagem). E em novembro de 2004, foi feito outro na Marginal do Rio Tietê, na megalópole paulista, com o aval do Dae (Departamento de Águas e Energia Elétrica). Neste ano, tal órgão, informa Bina, implantou outros dois trechos no mesmo local e há mais seis em execução. Conforme ele, o objetivo do Dae é dar destinação aos milhares de pneus recolhidos anualmente das águas do rio.

### Não-homologada

Já o DER permitiu a colocação, segundo o seu engenheiro, Mauro Flávio Cardoso, para proteção de um pilar de uma passarela. Mas a barreira ainda não foi homologada pelo departamento, avisa. Isso dependerá do resultado dos ensaios que vêm sendo feitos. “Sua viabilidade terá que ser comprovada tecnicamente. Se for demonstrada a vantagem, será mais um elemento de proteção disponível no mercado”, observa ele. Como parte desse processo, membros do Instituto Via Viva visitam o local a cada 15 dias. “Fazemos um relato de como a barreira está se comportando”, atesta Bina. Contudo, até o momento, não é feito monitoramento de ocorrências. “Estamos tentando financiamento ou patrocínio para fazê-lo em dois pontos críticos da Raposo Tavares ( o DER está disposto a implantar a barreira com borracha também na altura do km 21, por onde passam cerca de 75 mil veículos/dia ). Vamos colocar câmeras com gravação 24 horas por dia para ter o registro visual do acidente”, garante o vice-presidente do Via Viva. Com isso, será possível avaliar a eficácia da barreira naquela situação. Na altura do km 27,5, por onde circulam em torno de 60 mil veículos/dia, houve uma ocorrência, conforme Cardoso, porém, sem esse sistema, não foi possível averiguar se o novo material absorveu melhor o impacto ou não.

De qualquer modo, ele acredita que será muito interessante utilizá-lo se esse atender, no mínimo, à mesma finalidade de uma barreira de concreto comum e aliar a vantagem ambiental. Segundo Bina, até agora, os testes demonstraram essa equivalência. Como solução para a destinação de resíduos, ele quantifica o benefício: “A cada metro linear de barreira, serão usados cerca de dez pneus. É significativo, porque tem muito quilômetro para ser feito.” Para o vice-presidente do Instituto Via Viva, a nova tecnologia auxiliará, ainda, as indústrias de pneus a cumprirem lei federal que as obriga a reciclar o material descartado.

### Ensaio

De acordo com Fernando Rebouças Stucchi, professor livre-docente na Escola Politécnica da USP (Universidade de São Paulo), que tem participado da avaliação dos resultados dos ensaios estáticos feitos na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), ainda não está comprovado o benefício mecânico da constituição com borracha. “É um material novo no Brasil e no

mundo, que precisa ser pesquisado em todos os aspectos relevantes.” Em princípio, segundo ele, deveriam ser estudadas para cada proporção borracha/brita as seguintes características: resistências a compressão, tração e flexão, bem como o módulo de elasticidade (deformabilidade), ensaios de resiliência, de impacto e crash test . “Falta terminar os três últimos.”

O Instituto Via Viva pretende ainda utilizar borracha em pavimentos de rodovias, nesse caso, segundo o seu vice-presidente, para redução de custos. “Estamos falando em economia em torno de 5% em relação a uma pista feita com concreto normal. É um monte de dinheiro.” Ele acredita que a eficiência desse material seja até maior para tal uso, mas isso não está provado. “Estamos fazendo um trecho teste no pátio de uma empresa que faz picagem de borracha para verificar.”

## SINDICAL

---

PA

TRT manda reintegrar 126 funcionários

No dia 19 de maio, foram julgadas ações de dissídio coletivo de greve movidas pelos sindicatos dos Engenheiros e dos Urbanitários no Estado do Pará. Os juízes do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, seção especializada I, determinaram a reintegração de 126 funcionários da Celpa (Centrais Elétricas do Pará) demitidos a partir de 20 de abril de 2005 e a garantia de emprego por 12 meses, retroativa à data das dispensas. Manoel José Menezes, presidente do Senge Pará, considerou a decisão ousada, tendo em vista as mudanças trazidas pela reforma judiciária, que eliminou o poder normativo da Justiça do Trabalho. “Os juízes decidiram que o TRT é competente para julgar esse tipo de ação, o que estabelece novo entendimento frente às novas regras impostas pela mudança”, analisou. Caso a Celpa descumpra a sentença, pagará multa de R\$ 50 mil por funcionário.

RS

Em debate, o desmembramento da CEEE

Juntamente com entidades representativas da CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica), o Senge Rio Grande do Sul tem participado das discussões sobre a chamada “desverticalização” da empresa, determinada pela Lei Federal nº 10.848/2004. Elas têm ocorrido na Assembléia Legislativa e junto à própria empresa. A lei estabelece novo modelo, onde as companhias desse setor não poderão mais ser geradoras e distribuidoras ao mesmo tempo, o que, segundo projeto do Governo estadual, implicaria desmembrar a CEEE em três

empresas: uma de geração e transmissão, uma de distribuição e, sobre elas, uma holding não-operacional. O Senge esteve presente nos debates sobre o tema na Comissão de Serviços Públicos do Legislativo gaúcho, em encontros com deputados e com a Fundação CEEE de Seguridade Social, credora da empresa que está por ser desmembrada. “Nosso objetivo é apurar que tipo de prejuízos e conseqüências a desverticalização trará à companhia e a seus empregados e como ficará a dívida junto à Fundação, que hoje equivale a cerca de R\$ 800 milhões”, afirmou Joel Fischmann, presidente do Senge.

#### Posse da nova diretoria em junho

Em 20 de junho, acontecerá a posse solene da nova direção do Senge, data em que a entidade completará 63 anos. Reconduzido ao cargo majoritário, Fischmann a comandará de 2005 a 2008. Sua diretoria tem sido marcada por negociações junto aos setores que congregam engenheiros do Estado. Em maio, firmou acordos com a CEEE e o Sicepot (Sindicato da Indústria da Construção de Estradas, Pavimentação e Terraplanagem do Rio Grande do Sul).

#### MA

##### Senge lança Jornal do Engenheiro

Será lançado em 8 de junho o Jornal do Engenheiro, órgão informativo do Senge Maranhão, concretizando um antigo sonho de sua diretoria, segundo Sebastião Djalma Gomes, presidente da entidade. Para ele, a comunicação com a categoria é a base da ação sindical. “Quando decidimos retomar a trajetória de lutas do Senge, uma das metas era criar um canal de diálogo para estreitar as relações do sindicato com o profissional, o estudante e a sociedade.” O jornal veiculará matérias sobre a área tecnológica, pesquisas em desenvolvimento pelos engenheiros e problemas da comunidade relacionados à engenharia. O próximo passo será implementar o site da entidade.

#### RN

##### Encontro discutirá Sistema Confea/Creas

“O Crea que nós queremos” é o tema do primeiro debate que acontecerá no dia 9 de junho, no Senge Rio Grande do Norte. Segundo o seu presidente, Augusto César de Freitas Barros, serão realizados outros encontros para discutir o Sistema Confea/Creas, com o objetivo de contribuir com o futuro presidente do conselho profissional desse Estado, encaminhando as propostas apresentadas durante os eventos. Informações pelo telefone (84) 3206-3105 e e-mail [senge@sengern.org.br](mailto:senge@sengern.org.br).

SC

#### Atribuições do engenheiro ambiental

Nos dias 19 e 20 de maio, cerca de 60 coordenadores dos cursos de Engenharia Ambiental no País reuniram-se para discutir as atribuições dos profissionais dessa área, após a formatura dos acadêmicos nas escolas, que atualmente estão com dificuldade de acervar seus trabalhos perante o Sistema Confea/Creas. Ocorreu na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Curitiba, sob a coordenação do Senge Santa Catarina, representado por José Carlos Rauen, também coordenador nacional da Câmara de Engenharia Civil do Confea.

TO

#### Sindicato ganha ação contra Basa

O Senge Tocantins ganhou em primeira instância, na Justiça do Trabalho, ação movida contra o Basa (Banco da Amazônia), pelo descumprimento da Lei 4.950A/66, que estabelece o salário mínimo da categoria em R\$ 1.800,00, enquanto o salário-base pago pelo banco é de R\$ 1.042,72. O Basa recorreu da decisão no TRT, em Brasília.

#### Negociação com o Governo

O PCCS (Plano de Carreira, Cargos e Salários) apresentado este ano não contempla os engenheiros da Secretaria Estadual da Infra-Estrutura, como era esperado desde 2004. Frente a esse fato, o Senge e os profissionais da categoria reuniram-se para elaborar proposta que também inclui os tecnólogos e encaminharam ao Governador para inseri-la. Inicialmente, os de formação superior passariam a receber vencimentos no valor de R\$ 6 mil; os de nível médio, R\$ 2.500,00. O Governador mostrou-se receptivo e interessado em solucionar o problema.

#### Reforma sindical cai no limbo

Os resultados da mobilização contra a atual proposta começam a aparecer. Além de não ter avançado desde que chegou ao Congresso Nacional, em 2 de março, a reforma sindical sofre agora importante revés, que pode inviabilizá-la. Dada a resistência de boa parte do movimento dos trabalhadores e a rejeição no próprio Parlamento, para tentar salvá-la, em sua plenária nacional neste mês de maio, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) decidiu rever sua posição e sugerir mudanças à reforma. A iniciativa também foi tomada pelas outras quatro principais centrais sindicais brasileiras. A idéia é unificar posição sobre os pontos a serem modificados na proposta e apresentar documento conjunto ao Governo pleiteando a alteração. Entre eles, o principal refere-se à manutenção da unicidade sindical na base municipal. A proposta resgataria ainda a ultratividade dos contratos (que assegura a vigência de acordo coletivo anterior até que haja um novo), não-intervenção do Estado na organização,



o poder normativo da Justiça do Trabalho e o direito de negociação do funcionalismo público em todos os níveis. Esses aspectos que compõem o dia-a-dia da atividade sindical estão ameaçados pela reforma – apresentada sob a forma da PEC 369/05 (Proposta de Emenda Constitucional), que altera os artigos 8º, 11, 37 e 114 da Carta Magna e abre caminho às mudanças pretendidas na legislação sindical brasileira. Como ficou demonstrado pela saraivada de protestos que ofuscaram sua apresentação, ao contrário do discurso oficial repetido à exaustão, não foi fruto de consenso obtido no FNT (Fórum Nacional do Trabalho), espaço em que foi elaborada.

Um dos pontos que encontraram grande divergência é o relativo à estrutura das entidades, que passariam a ser por ramo de atividade e não mais por categoria – o qual não foi revisto pelas centrais. Do modo como está, a proposta deixa de fora sindicatos representativos, como o dos engenheiros, o qual permeia diversos segmentos econômicos e não pode ser enquadrado em um único. Os profissionais liberais têm deliberado sobre sua situação junto a câmara setorial específica. Prevista no FNT e compromisso assumido pelo secretário Nacional das Relações do Trabalho, Osvaldo Bargas, essa foi implementada após muitas idas e vindas em 17 de março último e tem como coordenador o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro. O objetivo é formular proposta alternativa que os inclua, como afirma ele. Essa deverá ser definida durante seminário programado para breve. “Estamos aguardando a movimentação das centrais para sua realização”, enfatiza Pinheiro. A partir daí, “esperamos discussão mais ampla em nível nacional com o Governo para que sejamos contemplados no projeto”.

#### Rota desvirtuada

Entre os profissionais liberais, a rejeição à PEC 369/05 é ampla. A nova formatação os tornaria mais vulneráveis ao excluir suas entidades representativas, as quais garantem que suas demandas específicas sejam atendidas – como a reciclagem tecnológica, no caso dos engenheiros. A proposta é danosa também aos demais profissionais. Isso porque abre espaço a que, na seqüência, a reforma trabalhista, em discussão no FNT, elimine direitos consagrados. Um dos pontos que permitem mudanças deletérias previsto na PEC 369/05 é o fim do princípio da norma mais benéfica ao empregado, a qual evita a prevalência do negociado sobre o legislado. Isso porque assegura que, em caso de conflito entre acordo, convenção e contrato coletivo ou lei, prevaleça o que for mais vantajoso para o trabalhador. O próprio direito de greve estaria ameaçado.

Tendo em vista retrocessos como esses, conforme o jornalista Antonio Augusto de Queiroz, diretor do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), criou-se estigma em torno da reforma que provavelmente não será desfeito. “O conteúdo da PEC foi de tal modo desestruturante que dificilmente se corrige seu rumo”, confirma. Para incorporar as alterações propostas pelas centrais, na sua concepção, há dois contratemplos: primeiro, que tais não provêm do Governo, e segundo, que as entidades em questão “reagiram tardiamente para tentar se adequar à resistência de parte do movimento sindical”. Talvez com isso tenham perdido o bonde. Desse modo, “no primeiro semestre deste ano, não haverá nenhuma evolução na matéria. No segundo, acho difícil que se aprove, mesmo com modificações”,

avalia Queiroz. Conseqüentemente, na sua concepção, a reforma está praticamente perdida nesse Governo, pelo menos por emenda constitucional. “Pode haver algumas mudanças por lei ordinária”, pondera o diretor do Diap, organização que fez ressalvas ao texto e sugeriu mudanças desde que esse foi apresentado. (Soraya Misleh)

Servidor ainda aguarda PEC Paralela

Soraya Misleh

Fruto de acordo político para garantir a aprovação dos principais pontos da polêmica reforma da Previdência no final de 2003, a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) Paralela hoje é vista por muitas entidades como alternativa para se minimizar os impactos das mudanças que atingiram em cheio os servidores. Aprovada na Câmara dos Deputados em março último, tramita agora no Senado Federal, segundo o advogado Wladimir Martinez, especialista em Direito Previdenciário, “a passos de cágado, devido ao desinteresse do Congresso Nacional em corresponder ao que foi acordado”. Mesmo assim, deverá, caso suas projeções se confirmem, passar por essa casa.

Se isso ocorrer, dois pontos fundamentais, descaracterizados com a edição da Emenda Constitucional nº 41 que trata da reforma, deverão ser assegurados: integralidade e paridade plenas. O primeiro permite aos que tiverem ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003 se aposentar com remuneração integral, de acordo com o seu último vencimento, desde que preencham determinadas condições. E o segundo garante que qualquer benefício concedido ao trabalhador no exercício de sua função seja repassado ao inativo. Para sua obtenção, o homem deverá ter 35 anos de contribuição e 60 de idade, enquanto a mulher, 30 e 55. Além disso, ambos precisam ter 20 anos de serviço público, dez de carreira e cinco no cargo atual. Na ótica de Floriano José Martins, assessor socioeconômico da Anfip (Associação Nacional de Auditores Fiscais da Previdência Social), restituir a integralidade e paridade plenas é a grande vantagem da PEC Paralela.

Além disso, a proposta prevê regra de transição geral a quem tiver ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998, a qual possibilita ao cidadão se aposentar com menos do que 60 ou 55 anos caso seu tempo de contribuição tenha sido maior do que o estabelecido. Como explica Martins, a cada ano a mais pago, diminuirá em um ano a idade para se aposentar. Por exemplo, um servidor que se enquadre nessa situação e tenha contribuído por 38 anos pode se tornar beneficiário da Previdência aos 57 anos. “É a regra dos 95 anos para homens e 85 para mulheres.” Ou seja, somando a idade ao tempo deve dar esse total. Todavia, a tal grupo, a integralidade e paridade plenas valem desde que se acumulem 25 anos de serviço público, 15 de carreira e dez no cargo.

Sem mudanças substanciais

Aos beneficiários do INSS (Instituto Nacional da Seguridade Social), conforme Martinez, as mudanças previstas na PEC Paralela não são significativas. E quanto à aposentadoria especial, ainda de acordo com o especialista, “continuam os mesmos difíceis requisitos anteriores.” Hoje, ensina ele, tem direito quem prova ter trabalhado durante 25 anos em atividade insalubre e posto em risco a sua saúde ou integridade física. O assessor da Anfip lembra que somente o trabalhador do setor privado pode usufruir do benefício. Ao servidor público, a possibilidade inexistente, pois sequer foi elaborada ou mesmo discutida lei complementar para tanto, o que está previsto na Constituição Federal. E a PEC Paralela da Previdência não avança quanto a isso. Além disso, não revê a controversa cobrança dos inativos. Apenas propicia isenção aos aposentados por doença incapacitante que recebam até o dobro do teto do INSS – algo equivalente, em valores de dezembro de 2004, a R\$ 5.017,00.

O limite nacional para pagamento dos proventos e pensões se mantém, porém a PEC cria subtetos nos estados. Com a mudança, por exemplo, o subsídio do governador corresponderá a no mínimo metade do maior salário de ministro do Supremo Tribunal Federal. E delegados, advogados públicos, procuradores e fiscais tributários, por exemplo, poderão ganhar o mesmo que desembargadores, ou seja, 90,25% do salário de um ministro do STF, atualmente em R\$ 19.115,00. Resumindo, o vencimento desses últimos pode até ultrapassar o de chefes do Executivo Estadual. “Essa é a grande briga”, ressalta Martins.

Por outro lado, a PEC Paralela permite à empresa contribuição diferenciada em função do seu porte. E abre espaço para que o Governo, através de lei ordinária, crie sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas e carências inferiores às vigentes. Segundo explica Martinez, proponente da medida, significa que o Congresso Nacional é autorizado a disciplinar a situação da dona-de-casa ou população obreira informalizada de baixa renda, oferecendo a esses cidadãos um regime especial de filiação, inscrição, contribuição e benefícios mínimos. Para o especialista, representa o resgate da informalidade, que é a grande vantagem da PEC para o País. Afinal, “daqui a 30 anos, cerca de 50 milhões de brasileiros estarão na idade de se aposentar e não terão contribuído”. Resta saber, pondera ele, como isso será aplicado de fato.

## ENTREVISTA

---

O professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fernando Cardim de Carvalho, tem sido um consistente crítico da orientação econômica do Governo Lula. Para ele, qualquer alteração nessa política deve ter como pressuposto a reintrodução do controle de entrada e saída de capitais. Carvalho concedeu a seguinte entrevista a Engenheiro.

O senhor tem sido um dos mais sérios críticos da orientação econômica do Governo Lula. Há ainda tempo de se modificar a diretriz dominante?

É improvável, ainda que o horizonte do Governo cada vez mais obviamente inclua o mandato seguinte, porque não dá nenhum sinal de que sequer tenha idéia do que seria uma orientação alternativa. Passado o discurso oportunista da herança maldita, da transição etc., o que fica é a surpreendente falta de idéias, que não é o esperado do PT, depois de tanto tempo e tantas, como gosta de dizer Lula, bravatas no passado. O fato é que o Governo Lula resume sua estratégia econômica na expressão “sem mágica”, o que parece significar simplesmente “sem alternativa”.

A justificativa mais forte para a manutenção dos juros altos é a ameaça inflacionária. Ela é real? Ou há outra intenção nessa política altista?

Ameaças sempre há e a crítica à política de juros altos não significa que se proponha o descuido em relação à inflação. O que há, porém, também é a estreiteza da visão do Governo Lula em não reconhecer, primeiro, que a inflação desses últimos dois a três anos é de custos (pressão do petróleo, de tarifas, de preços de importados em algumas conjunturas etc) e que é um erro combatê-la com taxa de juros, um instrumento de controle de demanda. Por outro lado, o despreparo que mencionei antes com relação a temas econômicos é dramático na equipe de Lula, aí incluídos o próprio e o Ministro da Fazenda, que se limita a repetir as platitudes que lhe são servidas por seus subordinados. Lula reconheceu em sua recente entrevista coletiva que essa política era um dos seus três erros. É impossível saber, no entanto, porque o presidente considera isso um erro e, muito menos, o que pretende fazer para corrigi-lo. Como grande parte do que diz o presidente, sua declaração não parece ter qualquer influência sobre os rumos de sua própria administração.

O que é, afinal, outra política econômica? É baixar juros, superávit e aumentar metas de inflação? Se não, quais as iniciativas mínimas para isso?

Uma resposta adequada, num espaço mais restrito como o de uma entrevista, é certamente impossível, mas as medidas mais imediatas que abririam espaço para uma alternativa seriam certamente a redução drástica da taxa de juros, que teria o efeito imediato também de liberar o Governo para fazer gastos de investimentos ao invés de concentrar recursos no pagamento de juros na proporção em que vem fazendo desde o segundo reinado de Fernando Henrique, e que se perpetuou, agravado, no primeiro de Lula. Uma condição, no entanto, para que essa redução de juros possa ser feita, sempre insisto nisso, é a reintrodução dos controles de capitais que o Banco Central tem ilegitimamente removido desde meados dos anos 90. Na ausência de controles sobre as aplicações externas de residentes no Brasil, qualquer medida como a proposta levaria a uma provável fuga de capitais, como ocorreu em 2002 e que colocou a campanha de Lula de joelhos, como ficou mesmo depois de assumir o Governo. Não é o caso de mudar a lei ou de cercear direitos. Essa é a lei brasileira. Com controles de capitais, a política monetária poderia ser abrandada, o Governo poderia retomar a iniciativa que

perdeu e estratégias de crescimento de longo prazo poderão finalmente ser examinadas. O que propomos não é a estratégia em si, isso é outro problema, mais sério, a ser enfrentado pela sociedade. O que propomos é estabelecer as precondições para que esse debate possa ser feito.

Segundo o World Economic Outlook, divulgado pelo FMI em 9 de abril último, as economias latino-americanas vão muito bem. Isso é verdade?

A noção do que é uma economia saudável, para o Fundo, não é a mesma que para o resto do mundo. Uma economia saudável para ele é a que tem orçamento equilibrado, uma política monetária dura e que implementa reformas estruturais cujo resultado positivo só é alcançado nos modelos criados pelo próprio Fundo. Além disso, é preciso lembrar que o FMI sempre foi, mas tornou-se ainda mais assim a partir dos anos 90, um instrumento de política econômica externa do Departamento do Tesouro dos EUA. Assim, uma economia saudável é aquela que não defende seus mercados internos, por exemplo, da concorrência predatória, que assume suas vantagens comparativas na produção agrícola sem se voltar para instrumentos de política industrial que distorcem os mercados etc. O FMI moderno, ao contrário do original, é movido quase exclusivamente por uma visão ideológica de que o capitalismo ideal tem endereço certo, a economia estadunidense e que sua função é quase evangélica: promover essa forma de capitalismo em todo o mundo (inclusive nos desviantes europeus e japoneses). Nos países que dependem de sua ajuda ou que internalizam sua visão, como no caso do Brasil de Lula, trazendo diretamente os funcionários do Fundo para o Governo, a pressão se torna muito forte. Para esse grupo, qualquer desvio do caminho da fé é imediatamente qualificado de “populista”, já que “herege” não tem mais o mesmo efeito nos tempos modernos. Como se viu no Governo FHC, que alimentou veleidades social-democratas até ser demolido pelos seus escândalos internos, e se vê no Governo Lula, que sabiamente nem alimentou veleidades, o esforço de evangelização é eficaz.

## C&T

---

A revolução tecnológica não mudou apenas os modos de produção, ela vem sendo cada vez mais aplicada para aprimorar as técnicas de transmissão do conhecimento. Para colaborar com a compreensão dos valores que se agregam à educação a distância e metodologias de ensino online, bem como melhorar o preparo dos multiplicadores, a Editora Metodista Digital, pertencente à Umesp (Universidade Metodista de São Paulo), lançou o livro “Sala de Aula e Tecnologias”.

O trabalho contou com a colaboração de diversos pesquisadores, oriundos dos quadros da própria Umesp, da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), da PUC-SP (Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo), da Fundação Vanzolini, ligada à USP (Universidade de São Paulo), entre outros. Isso permitiu “contatar experiências que deram certo e apontar os eventuais acidentes de percurso”, reflete a professora Vera Barros de Oliveira, organizadora da obra, juntamente com Jacques Vigneron. Assim, em três partes distintas, a publicação traz as implicações das novas tecnologias de ensino e seu impacto sobre a cognição; a vivência do Nutae (Núcleo de Tecnologias Aplicadas à Educação) da Umesp, em seu empenho pela capacitação de professores em portais educativos; e a dependência online. Divulga ainda as realidades de professores da Rede do Saber, criada pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, e da rede municipal do Grande ABC paulista, o que contempla ações realizadas por instituições públicas e privadas de ensino. Apontada como um exemplo bem-sucedido, essa constituiu, desde 2003, 100 ambientes de aprendizagem que permitem conexão simultânea de 12 mil pessoas por dia, diante de um universo que reúne, aproximadamente, 230 mil professores e 70 mil agentes educacionais, distribuídos em 70 mil salas de aula que atendem a 6 milhões de alunos.

Oliveira ressalta que muitos estudantes já recorrem ao hipertexto em busca de conteúdos em detrimento dos livros didáticos, mas lembra que é preciso saber como melhor aproveitar esse conhecimento, da mesma maneira que os professores precisam reaprender a ensinar diante dos novos recursos, “pois o acoplamento tecnológico agiliza e flexibiliza o processo cognitivo”.

Em sua apresentação, o professor de pós-graduação Jacques Vigneron traz breve histórico da EAD (Educação a Distância) e de seu entrosamento com a história da mídia. Para ele, “pensar na formação a distância é querer o desenvolvimento do homem em todas as suas dimensões e o desenvolvimento de todos os homens”. Nesse contexto, “o campus universitário torna-se um núcleo de redes de aprendizagem no qual parcerias para estudo e pesquisa se constroem, utilizando-se os mais variados recursos, presenciais e a distância, garantindo ao estudante a troca e o crescimento contínuo”.

Serviço:

Sala de Aula e Tecnologias, Vera de Barros Oliveira e Jacques Vigneron (organizadores), Editora Metodista Digital, 142 páginas, preço sugerido de R\$ 20,00. Informações e aquisições pelo site <http://editora.metodista.br/>, e-mail: [editora@metodista.br](mailto:editora@metodista.br) ou telefone (11) 4366-5537.